



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 164.452/08

CONTRATO N. 2009/028.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A MAZARELLO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA. - ME, PARA AQUISIÇÃO DE JORNAIS, REVISTAS, PERIÓDICOS E SENHAS PARA ACESSO ELETRÔNICO VIA INTERNET À CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e nove, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a MAZARELLO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA. - ME, situada na Área Especial 4, lote "A", bloco "C", sala 103, Guará II - DF, inscrita no CNPJ sob o n. 02.309.040/0001-45, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por sua Sócia-Proprietária, a senhora CRISTIANE NÓBREGA COIMBRA DE SANTANA, brasileira, casada, residente e domiciliada em Brasília - DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/1993, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 1/09 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a aquisição de jornais, revistas, periódicos e senhas para acesso eletrônico via Internet, de acordo com as quantidades e especificações expressas no Edital do Pregão Eletrônico n. 1/09 e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n. 1/09 e seus Anexos;



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

b) Proposta da CONTRATADA, datada de 19/01/09;

c) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 1/09.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor decorrente do presente Contrato, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições constantes de sua proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e previsto no subitem 1.2 do referido Edital.

Parágrafo terceiro – As supressões além do limite referido no parágrafo anterior são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o artigo 65, §2º, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 113, §2º, do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES**

Os jornais, as revistas e senhas de acesso eletrônico via Internet deverão obedecer rigorosamente às quantidades e especificações técnicas constantes dos Anexos ns. 1 e 2 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 1/09.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO DE JORNAIS E REVISTAS E SENHAS DE ACESSO**

Os prazos, locais e períodos de entrega do objeto contratual deverão obedecer rigorosamente ao disposto no Título 3 do Anexo n. 1 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 1/09.

Parágrafo primeiro – A entrega das publicações locais será efetivada até as 8h30. Para as demais publicações, será de até 2 (duas) horas após o desembarço no aeroporto de Brasília.

Parágrafo segundo – As revistas deverão ser entregues em até 2 (dois) dias após a data prevista para circulação no Distrito Federal.

Parágrafo terceiro - As publicações serão entregues ao Departamento de Apoio Parlamentar, no subsolo do Edifício Anexo IV (as destinadas aos gabinetes parlamentares), à Coordenação de Comunicações, no Térreo do Edifício Anexo I (as destinadas à Administração da Câmara dos Deputados), nas residências dos parlamentares no Distrito Federal, ou ainda, em locais a serem determinados pela CONTRATANTE.

Parágrafo quarto – Para as publicações destinadas aos parlamentares, a distribuição ocorrerá nos dias úteis, de 2 de fevereiro a 17 de julho, e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano, bem como durante os períodos de convocação extraordinária, nos termos do Ato da Mesa n. 78, de 2006.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo quinto – As solicitações de suspensão e as de reativação do fornecimento das publicações deverão ser comunicadas à CONTRATADA com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar o fornecimento de jornais e revistas imediatamente após a assinatura deste Contrato.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA deverá, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura deste Contrato, distribuir, para a Câmara dos Deputados, as senhas de acesso *on-line* das publicações que ofereçam esse serviço, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar, desde que se façam necessárias para a boa execução dos serviços, aquelas enunciadas no Edital do Pregão Eletrônico n. 1/09 e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados,



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

por exigência do órgão fiscalizador, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, fornecimento insatisfatório, omissões ou outras faltas mencionadas no Título 12 do Edital do Pregão Eletrônico n. 1/09, bem como o cometimento de infrações mencionadas no seu Anexo n. 5, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas nos respectivos dispositivos editalícios, observadas as condições neles indicadas.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total estimado do presente Contrato é de R\$1.601.387,12 (um milhão, seiscentos e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e doze centavos), considerados os descontos oferecidos por item, constantes da proposta da CONTRATADA, sobre o preço unitário indicado para o Distrito Federal no expediente (capa) das publicações, ou sobre o valor indicado para o estado de origem, caso não conste no expediente das publicações o preço a ser praticado no Distrito Federal, conforme abaixo:

- a) item 1 – aquisição de revistas e periódicos ..... 14,3%  
(quatorze inteiros e três décimos por cento);
- b) item 2 – aquisição de jornais ..... 10,5%  
(dez inteiros e cinco décimos por cento).

Parágrafo primeiro – O pagamento dos periódicos entregues à CONTRATANTE e por esta aceitos definitivamente será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, emitida na quinzena subsequente a do fornecimento, após atestação pelos órgãos fiscalizadores. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo segundo – As notas fiscais deverão ser emitidas separadamente, de acordo com orientação dos órgãos fiscalizadores.

Parágrafo terceiro – As notas fiscais/faturas deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quarto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo dos materiais e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Parágrafo quinto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o art. 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com redação dada pelas Leis ns. 9.711, de 1998 e 11.488, de 2007, além das previstas no art. 64 da Lei n. 9.430, de 1996 e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sexto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2009NE000444, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:  
01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo – GND 1
- Natureza da Despesa:  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 23/01/09 a 22/01/10.

Parágrafo único - O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA NONA – DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES**

Consideram-se órgãos fiscalizadores do presente Contrato:

- a) DEPARTAMENTO DE APOIO PARLAMENTAR, localizado no subsolo do Edifício Anexo IV da Câmara dos Deputados, para os periódicos destinados aos gabinetes parlamentares;
- b) COORDENAÇÃO DE HABITAÇÃO, localizada no 21º andar do Edifício Anexo I, para o material destinado às residências oficiais;
- c) COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES, localizada no térreo do Edifício Anexo IV, para o material destinado à Administração da Câmara dos Deputados.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Parágrafo único – Os órgãos fiscalizadores indicarão os servidores responsáveis pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da presente contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir as demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 6 (seis) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília (DF), 23 de janeiro de 2009.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio C. de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF n. 358.677.601-20

Cristiane Nóbrega C. de Santana  
Sócia-Proprietária  
CPF n. 538.920.891-91

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

CCONT/CT